



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS 001/2019

PROCESSO 23443.028106/2019-82

Recurso Administrativo interposto pela empresa **IN-TERA ENGENHARIA LTDA** qualificada nos autos, em que se questiona ato da Comissão Especial de Licitação de promover sua **INABILITAÇÃO**.

Em apertada síntese, o recurso ora em análise funda-se em suposto não atendimento das cláusulas editalícias e de não cumprimento das exigências relativas à **HABILITAÇÃO** da empresa **RECORRIDA** previstas no instrumento convocatório.

Foram trazidos aos autos, através do recurso ora decidido, jurisprudência pertinentes ao caso no entender do recorrente.

DA TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade deste recurso, dado que o prazo de encerramento da fase recursal foi previsto para 13/11/2019, e a interposição aconteceu dia 07/11/2019, tendo sido, portanto, cumprido o prazo.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE E DA ANÁLISE.

A recorrente afirma em seu requesto que atende aos requisitos editalícios e que foi DESCLASSIFICADA por não apresentar Certidão de Registro de Quitação (Engenheiro) junto ao CREA AM. Porém foi apresentado documento disponibilizado pelo SITAC – CREA – AM, o qual pode ser consultado a veracidade no site do CREA – AM, que informa a inscrição e a situação de registro ATIVO do Profissional. O mesmo possui o mesmo valor do CRQ, já que pode ser consultado a situação do profissional junto ao CREA – AM.

Outro ponto a ser observado é que o profissional detentor da CAT, está devidamente registrado como responsável técnico da empresa junto ao CREA – AM, ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

seja, se houvesse alguma irregularidade do profissional junto ao CREA – AM, a CRQ jurídica junto ao CREA –AM não poderia ser emitida.

Observa ainda que no ato convocatório, item 7.9 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, não consta a exigência da apresentação do CRQ – CREA do engenheiro.

Em análise à documentação da empresa **RECORRIDA**, foi constatada a apresentação de documentação que atende aos requisitos editalícios.

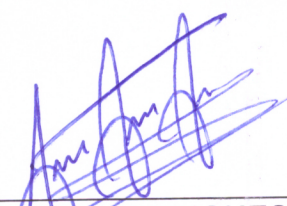
No presente caso, ficou claro que não houve a possível infração, ao instrumento convocatório. Os documentos principais que demonstram a sua aptidão para a execução dos serviços constam do processo licitatório, não cabendo a sua exclusão em face da não exigência no instrumento convocatório.

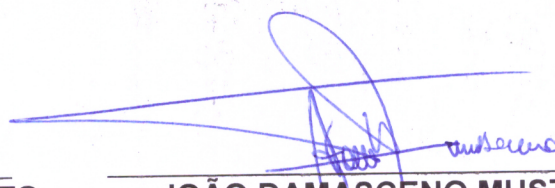
Esta entidade de licitação sempre pautou por decisões que ampliam a participação dos licitantes nos certames licitatórios. A decisão desta comissão se baseia no princípio da isonomia, da igualdade e da legalidade. Encontra ainda consonância com regramento da legislação em vigor amplamente defendido pelo TCU, o de que as regras do certame, resguardada a legalidade a ser perseguida pela Administração Pública, deve sempre objetivar a busca pela ampliação da disputa.

Desta forma, decidimos pelo **DEFERIMENTO DO RECURSO** e a consequente **HABILITAÇÃO** da empresa recorrida.

Manaus, 14 de novembro de 201


MARIVALDO DA CRUZ SOARES
Presidente da CEL IFAM


OSMAR RENATO RODRIGUES NETTO
Membro da CEL


JOÃO DAMASCENO MUSTAFA
Membro da CEL